

O COMPATIBILISMO ESTOICO

CAMILA FIGUEIREDO¹; JOÃO HOBUSS.²

¹*Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – camilafigueiredoo@hotmail.com*

²*Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – joao.hobuss@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Grande parte dos seres humanos pelo menos em algum momento de suas vidas questiona sua liberdade. E esse questionamento sobre liberdade pode se configurar de vários modos: podemos questionar se possuímos liberdade política, religiosa, liberdade de expressão, entre outros tipos. Essas questões acerca da liberdade são, na verdade, subdivisões de dois outros tipos de liberdade, a saber, liberdade da vontade e liberdade de ação, visto que a inexistência desses dois tipos preclui a existência dos demais. Comumente acreditamos que, se não somos livres, então somos determinados, e intuitivamente acreditamos serem liberdade e determinismo concepções incompatíveis. Da mesma forma que podemos enumerar uma série de liberdades que se encaixam em concepções nucleares de liberdade, é possível enumerar diversos tipos de determinismo - determinismo psicológico, lógico, teológico - que se encaixam em uma concepção nuclear comum a todas essas tipologias. Robert Kane (1998, p. 08) explica que qualquer evento (incluindo escolha ou ação) é determinado caso haja condições (tais como o destino, os atos predestinados de Deus, etc.) cuja ocorrência conjunta seja suficiente para a ocorrência do evento em questão. Assim, deve ser o caso que, se certas condições determinantes são obtidas, então o evento determinado ocorre. Logo, o determinismo é um tipo de necessidade condicional que pode ser descrito de diversas formas.

Apesar de intuitivamente acreditarmos que determinismo e liberdade são incompatíveis, há diversas teorias que procuram mostrar como é possível compreendermos a liberdade dentro do pano de fundo determinista, visto que até o século XX o determinismo causal foi largamente aceito como teoria descritiva do mundo¹. Teorias deterministas podem ser encontradas desde o período antigo, e uma grande escola filosófica que se dedicou a descrever o mundo de um modo determinista foi o estoicismo, que sustentava serem todos os estados e eventos - o que inclui nossas próprias ações e estados psicológicos - necessitados por causas prévias. O presente trabalho visa apresentar parte da teoria compatibilista estoica a fim de analisar o alcance da mesma na descrição de um mundo em que seja preservada a responsabilidade moral². Meu objetivo ao analisar tais teorias é, para além de compreendê-las, extrair elementos que nos permitam pensar

¹ Entretanto, a partir do século XX desenvolve-se a Teoria Quântica, que sustenta ser indeterminado o comportamento das partículas elementares, o que significa que mesmo uma descrição completa de um sistema físico não seria capaz de prever os acontecimentos futuros (SOBER, 2008). No entanto, uma descrição indeterminista do mundo também não parece implicar em liberdade, pois, da mesma forma que não seremos livres se nossas ações e vontades forem determinadas por fatores que não estão em nosso controle, afirmar que nossas ações e vontades ocorrem indeterminadamente e por acaso também não parece ser suficiente para que a existência da liberdade. Nesse trabalho desconsideramos, então, a teoria quântica, visto que, como Kane (1998,p.08) afirma "o novo mundo quântico das partículas elementares é tão misteriosa quanto o próprio livre-arbítrio, e ainda há muito debate sobre como interpretá-lo".

² Liberdade e responsabilidade moral são conceitos bastante próximos, visto que se considera que uma pessoa só pode ser moralmente responsável por sua ação se ela for livre para realizá-la.

acerca das possíveis respostas ao problema da compatibilidade entre liberdade e determinismo de modo geral, e não apenas dentro de sua teoria.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa conta com a análise dos fragmentos restantes dos estoicos e de pensadores antigos - presentes em sua maioria no livro de Long e Sedley (indicado nas referências) -, bem como com a leitura e estudo dos livros e artigos dos principais pesquisadores a respeito da filosofia estoica, como Suzanne Bobzien e Ricardo Salles.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como afirmado na introdução, podemos enumerar uma série de determinações que percebemos serem presentes em nossa vida: somos fisicamente determinados pela nossa constituição corporal a podermos realizar atividades especificamente humanas; é por isso que não podemos voar como um pássaro, por exemplo; somos determinados geneticamente a ter o biotipo que temos, a desenvolver doenças específicas, além de sermos, senão determinados, influenciados pela educação recebida. Considero que pretender apresentar uma teoria que desconsidere qualquer tipo de determinação é uma teoria que não condiz com nossa realidade; devemos, ao invés, investigar se há a possibilidade de haver alguma liberdade significativa mesmo considerando que vários aspectos de nossas vidas são claramente determinados. Alguns filósofos apelam para uma espécie de controle interno, de modo que possamos afirmar que, apesar de os fatores externos a nós serem determinados, o modo como agiremos está em nosso poder, como defende a escola filosófica estoica. O fatalismo estoico foi grande alvo de críticas no âmbito moral, pois seus objetores alegavam que o destino minaria a responsabilidade moral, já que as ações não estariam em poder dos homens pelo fato de que poderíamos atribuir a causa de nossas ações a fatores externos a nós. Crisipo fornece um argumento para escapar da objeção externalista e preservar a responsabilidade moral chamado de 'analogia do cilindro'. Para compreendermos a analogia, analisemos o relato de Cícero em De Fato 43:

Portanto, ele [Crisipo] diz '(a) aquele que empurra o cilindro dá a ele o princípio de seu movimento, mas não dá a ele o poder de rolar; do mesmo modo um impressor, quando afeta a alma, é verdade, impressiona e estampa seu aparecimento na mente, mas o assentimento dependerá de nós, e, do mesmo modo como foi dito no caso do cilindro, ele é empurrado por algo externo, mas de resto ele se move por sua própria força e natureza. (b) Se algo ocorresse sem uma causa antecedente, não seria verdade que tudo ocorre pelo destino; (c) se, no entanto, parece provável que tudo o que acontece é precedido por uma causa, qual razão pode ser apresentada para não admitir que tudo ocorre pelo destino? - (d) contanto que se entenda qual é a distinção e a diferença entre as causas'[tradução nossa]³.

Da passagem acima citada, compreendemos que filósofo sustentava que, do mesmo modo que um cilindro é empurrado sobre uma superfície inclinada e permanece em movimento mesmo após a força que foi exercida sobre ele ter

³ Cf. SALLES (2005,p. 42).

cessado, na nossa mente ocorre o mesmo processo. A impressão recebida na alma pelo impressor externo seria o análogo ao empurrão que é dado no cilindro, ao passo que o movimento do cilindro é análogo aos processos mentais que decorrem da impressão. O ponto de Crisipo com tal analogia seria mostrar que, embora em ambos os casos seja necessário inicialmente uma intervenção externa, o que decorre de tal intervenção se deve à natureza do objeto; no caso do cilindro, a forma do cilindro é o que permite com que ele continue girando, ou seja, a essência e natureza do cilindro enquanto cilindro é o que permite seu movimento, e, da mesma forma, no caso do ser humano, a impressão externa é necessária para iniciar o processo psicológico que culmina na ação, mas os processos mentais – como o assentimento à impressão externa - ocorrem devido à natureza do homem. Isso significa que existe algo no próprio cilindro e na mente humana que é responsável pela permanência do movimento, de modo que o empurrão e a impressão são apenas fatores necessários para o movimento, mas não determinantes dele. Logo, com tal analogia, Crisipo acreditava estar explicado que a mente humana é o fator causal principal no processo que leva à ação, de modo que as ações dependem dele, e que, assim, ele seria moralmente responsável por suas ações.

Por fim, é importante mencionar o elemento cognitivo que é presente na natureza humana e torna o indivíduo responsável por suas ações. A *Krisis* é compreendida como a aceitação de uma impressão com base em uma reflexão prévia acerca da aceitação de uma proposição; envolve, portanto, uma aceitação crítica de uma impressão (SALLES, 2005). Essa aceitação crítica toma forma de um processo de reflexão que tem como propósito decidir se é correto aceitar uma proposição com respeito a uma impressão prática. Para chegar a alguma decisão, o agente tentará determinar se, considerados todos os fatores relevantes, é apropriado realizar uma ação *x* nas presentes circunstâncias. Quando uma pessoa reflete previamente sobre uma determinada impressão, ela pode assentir ou não a essa impressão. SALLES (2005) afirma que uma pessoa não assente a uma impressão se uma das duas situações ocorre: (i) o curso de ação que parece plausível na impressão não aparece mais como inicialmente, (ii) algum curso de ação alternativo parece melhor. No caso em que uma pessoa dá assentimento a uma impressão, ambas situações devem ocorrer: (i) o curso de ação prescrito na impressão continua se apresentando adequado como no início após a deliberação e (ii) não há nenhum curso alternativo de ação que pareça mais adequado do que o prescrito pela primeira impressão.

4. CONCLUSÕES

De acordo com a antiga Stoá, não importa que não possamos agir diferentemente de como agimos, pois escolhemos agir como agimos com base em reflexões, o que demonstra que a ação de fato dependia de nós. Embora eu reconheça a força da teoria estoica, considero de difícil aceitação que os agentes realmente possam poder sobre suas ações caso seu processo deliberativo, o que inclui as crenças e desejos do agente, seja determinados nos mais ínfimos detalhes, como sustenta a escola do pörtico. Os estoicos compreendiam que, mesmo que em última instância os processos psicológicos internos pelos quais os agentes estejam determinados pelo destino, se o indivíduo faz parte da cadeia causal do mundo, e se possui a possibilidade de analisar os elementos relevantes para uma ação, então é responsável pelo modo como age, pois, sendo as causas de sua ação internas a ele, a ação é considerada dele. É compreensível que em

nossas deliberações acerca de se devemos realizar uma ação ou não, sejam considerados uma quantidade limitada de elementos, sendo esses elementos considerados porque fazem parte de nossos desejos e crenças formados ao longo de nossas vidas; parece correto dizer que eles são de fato nossos, entretanto, se nosso processo reflexivo também está em seus mais ínfimos detalhes determinado, torna-se difícil compreender como as ações que derivam desse processo poderiam ser consideradas livres.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER OF APHRODISIAS. **On fate**(Text, traduction and commentary R. W. Sharples). London: Duckworth, 2003.

BOBZIEN, S. **Determinism and Freedom in Stoic Philosophy**. Oxford: Oxford. University Press, Clarendon Press, 1998.

FRANKFURT, H. Alternate Possibilities and Moral Responsibility. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 66, n. 23, p. 829-839, 1969.

_____. "Freedom of the Will and the Concept of a Person". **The Journal of Philosophy**, New York, v. 68, n. 1, p. 5-20, 1971.

LONG, A.; SEDLEY, D. N. (eds.) **The Hellenistic Philosophers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SALLES, R. **The Stoics on Determinism and Compatibilism**. Burlington, VT: Ashgate, 2005.

SOBER, E. **Core Questions in Philosophy**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2008.